

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS - 2022****JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO****Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)****Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ)****Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES)****Informações gerais**

As demonstrações contábeis das Unidades Gestoras da Justiça Federal da 2ª Região (JF2) foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986 e da Lei Complementar nº 101/2000. Baseiam-se também nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC-TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. São compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP)
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- III. Balanço Orçamentário (BO)
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)
- VI. Notas Explicativas

O objetivo principal das demonstrações é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira das Unidades Gestoras.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as demonstrações agregam as contas das Unidades Gestoras da Justiça Federal da 2ª Região (JF2), abaixo listadas.

090028 – Tribunal Regional Federal 2ª Região – Executora
090054 - Tribunal Regional Federal 2ª Região – Escola de Magistratura Regional Federal
090034 - Tribunal Regional Federal 2ª Região – Orçamentária
090048 - Tribunal Regional Federal 2ª Região – Pagamento de Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor
090016 – Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Executora
090014 – Seção Judiciária do Espírito Santo - Executora

Importante ressaltar que a JF2 não representa um órgão para efeito do sistema SIAFI e, portanto, as suas demonstrações contábeis refletem o agrupamento das respectivas unidades gestoras, as quais integram, juntamente com as demais regiões, as demonstrações consolidadas da Justiça Federal, sob a jurisdição administrativa do Conselho de Justiça Federal (CJF).

O CJF é o órgão central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária, com poderes correccionais, cujas decisões (administrativas) possuem caráter vinculante, e são de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal, conforme estabelece o art. 105, parágrafo único, inc. II, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei n. 11.798/2008.

As demonstrações contábeis da JF2 são influenciadas pela forma como se encontra estruturada a movimentação orçamentária e financeira dentro da Justiça Federal.

Possuem dotação consignada na lei orçamentária anual (LOA) cada um dos seis tribunais regionais federais, porém a dotação da JF de 1º Grau, ou seja, das seções judiciárias, é consignada em conjunto com o orçamento do CJF.

Os recursos orçamentários do CJF e do TRF2 são recebidos diretamente da União com base na LOA, sendo consignados nas próprias unidades.

Porém, os recursos orçamentários da JF de 1º Grau são repassados pelo CJF ao TRF2, que provisiona tais recursos para posterior transferência à SJRJ e à SJES.

Os recursos financeiros seguem um fluxo diferente, pois tanto os recursos dos tribunais quanto os das seções judiciárias são centralizados no CJF. Conforme programação financeira, os recursos são transferidos aos tribunais que, por sua vez, repassam parte desses recursos para as respectivas seções judiciárias.

Em relação ao ano de 2021, as despesas orçamentárias empenhadas tiveram um aumento de 2%, assim como as despesas pagas, totalizando R\$ 6.622.692.282,57 e R\$ 6.446.612.190,35, respectivamente.

O resultado patrimonial apurado no ano de 2022 foi positivo em R\$ 58.882.004,31. No mesmo período do ano anterior, o resultado foi positivo em R\$ 86.721.310,10.

O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2022, restou positivo em R\$ 597.418.152,32. O valor do patrimônio líquido no final do exercício de 2021 era de R\$ 679.409.836,16.

No período em análise, o passivo exigível alcançou R\$ 431.732.212,43, o que representa 42% do total do ativo. Em 31 de dezembro de 2021, o passivo exigível foi de R\$ 232.315.102,86, equivalendo a 25% do total do ativo.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – apurada na Demonstração dos Fluxos de Caixa – foi positiva em R\$ 35.427.932,24, até 31 de dezembro de 2022. No mesmo período do ano anterior, observou-se um consumo líquido de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 13.159.551,25.

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

## Balço Patrimonial

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>4</b>	<b>109.106.804,19</b>	<b>74.875.741,04</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>7</b>	<b>431.732.212,43</b>	<b>232.315.102,86</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		97.163.442,09	61.735.509,85	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		359.644.712,99	192.606.117,38
Créditos a Curto Prazo		6.513.956,36	6.838.602,64	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		1.400.891,88	247.364,79
Demais Créditos e Valores		6.513.956,36	6.838.602,64	Demais Obrigações a Curto Prazo		70.686.607,56	39.461.620,69
Estoques		5.132.194,82	5.965.318,62				
VPDs Pagas Antecipadamente		297.210,92	336.309,93				
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>920.043.560,56</b>	<b>836.849.197,98</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.242,70	2.242,70	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>431.732.212,43</b>	<b>232.315.102,86</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Imobilizado</b>	<b>5</b>	<b>915.700.087,47</b>	<b>834.329.331,60</b>	ESPECIFICAÇÃO		2022	2021
Bens Móveis		93.699.897,27	95.018.107,87	Demais Reservas		200,00	200,00
Bens Imóveis		822.000.190,20	739.311.223,73	Resultados Acumulados		597.417.952,32	679.409.636,16
<b>Intangível</b>	<b>6</b>	<b>4.341.230,39</b>	<b>2.517.623,68</b>	Resultado do Exercício		58.882.004,31	86.721.310,10
Softwares		4.333.500,39	2.509.893,68	Resultados de Exercícios Anteriores		679.409.636,16	620.813.877,59
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		7.730,00	7.730,00	Ajustes de Exercícios Anteriores		-140.873.688,15	-28.125.551,53
				<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>597.418.152,32</b>	<b>679.409.836,16</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.029.150.364,75</b>	<b>911.724.939,02</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.029.150.364,75</b>	<b>911.724.939,02</b>

## QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	97.163.442,09	61.735.509,85	PASSIVO FINANCEIRO	<b>245.992.610,94</b>	188.986.341,62
ATIVO PERMANENTE	931.986.922,66	849.989.429,17	PASSIVO PERMANENTE	<b>224.704.916,29</b>	93.223.336,12
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>558.452.837,52</b>	<b>629.515.261,28</b>

## QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>31.538.409,02</b>	<b>29.426.126,44</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>337.314.948,09</b>	<b>384.470.698,84</b>
Atos Potenciais Ativos	31.538.409,02	29.426.126,44	Atos Potenciais Passivos	337.314.948,09	384.470.698,84
Garantias e Contragarantias Recebidas	27.418.847,02	24.446.564,44	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Contratuais	4.119.562,00	4.979.562,00	Obrigações Contratuais	337.314.948,09	384.470.698,84
<b>TOTAL</b>	<b>31.538.409,02</b>	<b>29.426.126,44</b>	<b>TOTAL</b>	<b>337.314.948,09</b>	<b>384.470.698,84</b>

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-65.723.992,15</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-83.105.176,70</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-83.072.598,19
Previdência Social (RPPS)	-22.320,83
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-10.257,68
<b>TOTAL</b>	<b>-148.829.168,85</b>

## Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2022	2021
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>13.258.009.223,36</b>	<b>13.402.048.400,98</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		17.158.185,22	20.913.927,32
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		530.997,99	523.646,54
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		4.514,86	10.500,32
Transferências e Delegações Recebidas		<b>13.140.197.387,03</b>	<b>12.963.488.089,51</b>
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		<b>56.646.982,66</b>	<b>94.334.106,47</b>
Reavaliação de Ativos		51.907.811,98	90.492.672,07
Ganhos com Incorporação de Ativos		3.010.059,55	865.962,31
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.729.111,13	2.975.472,09
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		<b>43.471.155,60</b>	<b>322.778.130,82</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>13.199.127.219,05</b>	<b>13.315.327.090,88</b>
Pessoal e Encargos		<b>1.525.652.570,09</b>	<b>1.532.239.669,92</b>
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		<b>412.481.190,80</b>	<b>384.342.812,75</b>
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	9	<b>190.482.513,46</b>	<b>156.348.959,57</b>
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		<b>35.923,66</b>	<b>121.007,33</b>
Transferências e Delegações Concedidas		<b>6.637.818.751,76</b>	<b>6.832.522.683,00</b>
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	10	<b>4.429.989.260,72</b>	<b>4.407.118.083,82</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		0	35.613,32
Perdas Involuntárias		15.602,41	2.553,58
Incorporação de Passivos		4.412.889.966,61	4.397.129.886,28
Desincorporação de Ativos		17.083.691,70	9.950.030,64
Tributárias		<b>2.480.960,36</b>	<b>2.335.574,46</b>
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		<b>186.048,20</b>	<b>298.300,03</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>8</b>	<b>58.882.004,31</b>	<b>86.721.310,10</b>

## Balço Orçamentário

RECEITA							
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		-	-	-	-		
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		-	-	-	-		
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>		-	-	-	-		
<b>DEFICIT</b>				<b>6.622.692.282,57</b>	<b>6.622.692.282,57</b>		
<b>TOTAL</b>		-	-	<b>6.622.692.282,57</b>	<b>6.622.692.282,57</b>		
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>		-	<b>67.502.108,00</b>	-	<b>-67.502.108,00</b>		
Superavit Financeiro		-	-	-	-		
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-		
Créditos Cancelados		-	67.502.108,00	-	-		
DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>520.064.305,00</b>	<b>574.560.902,00</b>	<b>6.492.234.063,84</b>	<b>6.331.366.580,20</b>	<b>6.328.969.930,75</b>	<b>-5.917.673.161,84</b>
Pessoal e Encargos Sociais		433.600.000,00	483.653.818,00	3.237.704.846,57	3.177.173.866,25	3.176.983.529,94	-2.754.051.028,57
Outras Despesas Correntes		86.464.305,00	90.907.084,00	3.254.529.217,27	3.154.192.713,95	3.151.986.400,81	-3.163.622.133,27
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>25.632.052,00</b>	<b>38.637.563,00</b>	<b>130.458.218,73</b>	<b>117.728.973,36</b>	<b>117.642.259,60</b>	<b>-91.820.655,73</b>
Investimentos		25.632.052,00	38.637.563,00	36.794.059,57	24.124.120,58	24.037.406,82	1.843.503,43
Inversões Financeiras		-	-	93.664.159,16	93.604.852,78	93.604.852,78	-93.664.159,16
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>545.696.357,00</b>	<b>613.198.465,00</b>	<b>6.622.692.282,57</b>	<b>6.449.095.553,56</b>	<b>6.446.612.190,35</b>	<b>-6.009.493.817,57</b>

## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.201.140,53</b>	<b>125.326.828,07</b>	<b>89.905.812,90</b>	<b>89.830.859,43</b>	<b>35.400.542,87</b>	<b>3.296.566,30</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.567.056,84	46.317.575,03	20.143.670,15	20.143.670,15	27.089.618,89	1.651.342,83
Outras Despesas Correntes	634.083,69	79.009.253,04	69.762.142,75	69.687.189,28	8.310.923,98	1.645.223,47
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.192.832,96</b>	<b>26.572.285,05</b>	<b>28.713.789,73</b>	<b>28.713.789,73</b>	<b>2.128.009,03</b>	<b>1.923.319,25</b>
Investimentos	6.192.832,96	26.453.812,31	28.713.789,73	28.713.789,73	2.009.536,29	1.923.319,25
Inversões Financeiras	-	118.472,74	-	-	118.472,74	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.393.973,49</b>	<b>151.899.113,12</b>	<b>118.619.602,63</b>	<b>118.544.649,16</b>	<b>37.528.551,90</b>	<b>5.219.885,55</b>

## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>72.532,47</b>	<b>3.115,96</b>	<b>3.259,62</b>	-	<b>72.388,81</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	3.115,96	3.115,96	-	-
Outras Despesas Correntes	72.532,47	-	143,66	-	72.388,81
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.937,00</b>	<b>21.600,13</b>	<b>21.600,13</b>	-	<b>2.937,00</b>
Investimentos	2.937,00	21.600,13	21.600,13	-	2.937,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>75.469,47</b>	<b>24.716,09</b>	<b>24.859,75</b>	-	<b>75.325,81</b>

## Balanço Financeiro

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
<b>Receitas Orçamentárias</b>		-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>6.622.692.282,57</b>	<b>6.483.539.436,21</b>
<b>Ordinárias</b>		-	-	<b>Ordinárias</b>		<b>4.806.217.857,58</b>	<b>4.220.979.514,79</b>
<b>Vinculadas</b>		-	-	<b>Vinculadas</b>		<b>1.816.474.424,99</b>	<b>2.262.559.921,42</b>
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.260.025.655,85	1.560.315.384,60
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>		-	-	Previdência Social (RPPS)		363.389.727,27	357.342.245,78
				Previdência Social (RGPS)			328.147.908,00
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		193.059.041,87	16.754.383,04
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>12</b>	<b>13.140.049.917,35</b>	<b>12.963.291.966,12</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>12</b>	<b>6.637.385.950,60</b>	<b>6.832.161.568,87</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		12.951.892.681,73	12.716.224.846,92	Resultantes da Execução Orçamentária		6.480.725.690,51	6.363.536.611,56
Sub-repasse Recebido		12.951.892.681,73	12.716.224.846,92	Sub-repasse Concedido		6.480.725.690,51	6.363.536.611,56
Independentes da Execução Orçamentária		188.157.235,62	247.067.119,20	Independentes da Execução Orçamentária		156.660.260,09	468.624.957,31
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		184.855.832,02	244.881.359,02	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		92.427.916,01	122.440.679,51
Demais Transferências Recebidas		1.910.822,20	1.111.831,08	Demais Transferências Concedidas		955.411,10	555.915,54
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.390.581,40	1.073.929,10	Movimento de Saldos Patrimoniais		63.276.932,98	345.628.362,26
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>410.940.192,36</b>	<b>622.206.197,12</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>		<b>255.483.944,30</b>	<b>256.637.606,91</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		2.483.363,21	24.716,09	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		24.859,75	26.603,25
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		173.596.729,01	151.899.113,12	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		118.544.649,16	128.500.559,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		173.938.673,30	126.274.339,11	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		136.914.435,39	128.110.443,76
Outros Recebimentos Extraorçamentários		60.921.426,84	344.008.028,80	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Arrecadação de Outra Unidade		60.920.599,49	344.008.028,80				
Demais Recebimentos		827,35					
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>61.735.509,85</b>	<b>48.575.958,60</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>97.163.442,09</b>	<b>61.735.509,85</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		61.735.509,85	48.575.958,60	Caixa e Equivalentes de Caixa		97.163.442,09	61.735.509,85
<b>TOTAL</b>		<b>13.612.725.619,56</b>	<b>13.634.074.121,84</b>	<b>TOTAL</b>		<b>13.612.725.619,56</b>	<b>13.634.074.121,84</b>



## Demonstração de Fluxo de Caixa

	NE	2022	2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>181.803.114,20</b>	<b>109.136.064,66</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>13.374.910.017,49</b>	<b>13.433.574.334,03</b>
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>		<b>13.374.910.017,49</b>	<b>13.433.574.334,03</b>
Ingressos Extraorçamentários		173.938.673,30	126.274.339,11
Transferências Financeiras Recebidas		13.140.049.917,35	12.963.291.966,12
Arrecadação de Outra Unidade		60.920.599,49	344.008.028,80
Demais Recebimentos		827,35	0
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-13.193.106.903,29</b>	<b>-13.324.438.269,37</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-6.154.674.438,33</b>	<b>-6.101.348.329,95</b>
Judiciário		-1.444.322.763,44	-1.388.539.747,03
Previdência Social		-396.770.020,91	-366.733.138,15
Encargos Especiais		-4.313.581.653,98	-4.346.075.444,77
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-264.132.078,97</b>	<b>-262.817.926,79</b>
Intragovernamentais		-264.132.078,97	-262.817.926,79
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>		<b>-6.774.300.385,99</b>	<b>-6.960.272.012,63</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-136.914.435,39	-128.110.443,76
Transferências Financeiras Concedidas		-6.637.385.950,60	-6.832.161.568,87
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>-146.375.181,96</b>	<b>-95.976.513,41</b>
<b>INGRESSOS</b>		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-146.375.181,96</b>	<b>-95.976.513,41</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-55.668.977,69	-28.510.059,30
Outros Desembolsos de Investimentos		-90.706.204,27	-67.466.454,11
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>13</b>	<b>35.427.932,24</b>	<b>13.159.551,25</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>61.735.509,85</b>	<b>48.575.958,60</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>97.163.442,09</b>	<b>61.735.509,85</b>

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **1 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

O Ativo e o Passivo são mensurados pelo custo histórico, ou seja, pelo valor de entrada.

As obrigações que trazem em seu bojo regras específicas de atualização monetária, tais como precatórios (RPVs) e passivos de pessoal, sofrem os ajustes pertinentes.

As saídas de estoque são registradas pelo custo médio ponderado.

O Ativo Imobilizado é mensurado pelo valor de aquisição/construção, após o que fica sujeito à depreciação ou amortização, durante o período de sua vida útil, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Adota-se o método de depreciação/amortização por quotas constantes, aliado à tabela indicada no Manual SIAFI, [macrofunção 02.03.30](#), para definição do tempo de vida útil e do valor residual, à exceção dos imóveis que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos.

O valor depreciado dos bens imóveis da União é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Segundo informado no Balanço Geral da União (BGU), 3º trimestre 2022, o sistema SPIUnet não possui módulos que permitam o histórico de fluxos relacionados a Depreciação, Amortização, Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável. A lógica utilizada no SPIUnet é de estoque, o que pode ocasionar variação dos valores apurados, em especial da depreciação, pois quaisquer alterações nos parâmetros utilizados no cálculo implicam novos valores de mensuração, de acordo com a metodologia adotada.

Na JF2, os valores dos bens imóveis de uso especial da União são atualizados a cada ano, no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, considerando as características dos imóveis e preços unitários regionais, nos termos do art. 4º, I, da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014.

Encontra-se em andamento o processo TRF2-EOF-2022/00110, para contratação de laudo técnico de avaliação dos bens imóveis da 2ª Região, a fim de permitir a reavaliação dos referidos bens, nos termos do art. 6º, da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014.

## 2 - Pagamento de Precatórios e RPVs

Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPVs são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva, nos processos judiciais de competência da Justiça Federal e no exercício da competência federal delegada.

Compete ao presidente do respectivo tribunal receber e aferir a regularidade formal dos ofícios requisitórios, apresentados pelos juízos vinculados à sua jurisdição, bem como assegurar a obediência à ordem cronológica (de apresentação dos precatórios) e à de preferência com vistas à autorização do pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e em resolução do CJF.

Considera-se Requisição de Pequeno Valor - RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a: I - sessenta salários-mínimos, se a devedora for a Fazenda federal; II - quarenta salários-mínimos ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda estadual ou a Fazenda distrital; III - trinta salários-mínimos ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda municipal.

Os valores decorrentes do pagamento de precatórios e RPVs representam uma parte significativa do montante de recursos movimentado pela JF da 2ª Região.

Até 2018, todo esse passivo era registrado na Justiça Federal, porém, a partir de 2019, foi alterada a forma de contabilização dos precatórios e RPVs, para que as obrigações das entidades devedoras sejam refletidas em seu próprio patrimônio, em atendimento ao Acórdão nº 2455/2017 – TCU - Plenário. O novo procedimento foi detalhado por meio de nota técnica do CJF. Atualmente está em vigor a Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2022 (Registro da Obrigação de Precatórios, RPV e Patronal do PSSS com reflexos no Patrimônio da Entidade Devedora).

### LEI nº 13.463/2017 - PRECATÓRIOS e RPVs CANCELADOS

Com o advento da Lei nº 13.463/2017, art. 2º, § 1º, os precatórios e RPVs federais expedidos, cujos valores não tenham sido levantados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial, passaram a ser cancelados e ter os seus valores transferidos para a Conta Única do Tesouro Nacional. O cancelamento é operacionalizado mensalmente pela instituição financeira, após o que poderá ser emitido novo ofício requisitório, a requerimento do credor.

Em 2020, houve o advento do item 9, Procedimentos específicos para provisões e passivos contingentes decorrentes de demandas judiciais, no Manual SIAFI, [macrofunção 02.03.36](#), segundo a qual os valores cancelados em razão do disposto no art. 2º da Lei nº 13.463/2017, deveriam inicialmente ser registrados como **passivos contingentes**.

Devido à possibilidade de ser expedido novo ofício requisitório do precatório ou RPV cancelado, desde que requerido pelo credor, conforme prevê o art. 3º da mesma lei, foi determinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) o reconhecimento, no passivo da União, do montante considerado provável a ser requisitado, ou seja, um montante em que seja provável a saída de recursos para pagamento dos precatórios cancelados. Devido à incerteza de prazo e valor, o reconhecimento se dará por meio de **provisões**.

Assim, considerando que parte deles vem sendo reincluída e paga ano a ano, é possível estimar o valor que se espera seja reincluído e pago nos próximos 12 meses, para fins de reconhecimento das provisões correspondentes.

Contudo, na data de 30 de junho de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) conheceu a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 5755, declarando a inconstitucionalidade material do art. 2º, caput e § 1º, da Lei nº 13.463/2017. Portanto, esse tema deixa de ser classificado como passivo contingente, para ser reconhecido como provisão. (vide BGU – 3º Trimestre 2022 – página 176)

Para nortear os registros dos passivos, as normas vigentes são a Nota Técnica SPO/CJF nº 1/2020 (Registro dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor cancelados em razão do art. 2º da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017) e a Nota Técnica SPO/CJF nº 1/2022 (Registro da Obrigação de Precatórios, RPV e Patronal do PSSS com reflexos no Patrimônio da Entidade Devedora).

Vide item Outras Informações, ao final deste relatório.

### **3 – Mudança nas Práticas e Procedimentos Contábeis**

#### **PRECATÓRIOS**

Mudança no reconhecimento do passivo de precatórios devido ao conhecimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 5755, conforme mencionado no item anterior.

#### **DEPRECIÇÃO DE COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS**

Em 2022, houve alteração no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, que passou a definir um valor residual de 10% para a conta de Coleções e Materiais Bibliográficos. Até então, o valor residual indicado para esse item era zero.

A citada alteração foi implantada na JF2 para as novas entradas de bens.

Nas tabelas a seguir:

“AH” significa Análise Horizontal, que demonstra a variação percentual entre um ano e outro.

“AV” significa Análise Vertical, que demonstra a representatividade do item em relação ao total da respectiva demonstração contábil.

#### 4) BP – Ativo Circulante

Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a. Estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b. Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Tabela 1 – Ativo Circulante

	2022	2021	AH	AV
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>97.163.442,09</b>	<b>61.735.509,85</b>	<b>57%</b>	<b>9%</b>
Bancos - Caixa Econômica Federal	181.165,12	281.302,76	-36%	0%
Limite de saque com vinc. Pagamento	96.982.276,97	61.454.207,09	58%	9%
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	<b>6.513.956,36</b>	<b>6.838.602,64</b>	<b>-5%</b>	<b>1%</b>
Adiantamentos concedidos a pessoal	5.295.122,12	5.443.019,49	-3%	1%
Créditos a rec. infração legal/contratual	1.218.834,24	1.395.583,15	-13%	0%
<b>Estoques</b>	<b>5.132.194,82</b>	<b>5.965.318,62</b>	<b>-14%</b>	<b>0%</b>
Materiais de consumo	5.132.194,82	5.965.318,62	-14%	0%
<b>VPDs Pagas Antecipadamente</b>	<b>297.210,92</b>	<b>336.309,93</b>	<b>-12%</b>	<b>0%</b>
Assinaturas, anuidades e seguro a apropriar	297.210,92	336.309,93	-12%	0%
<b>Total</b>	<b>109.106.804,19</b>	<b>74.875.741,04</b>	<b>46%</b>	<b>11%</b>

Fonte: SIAFI

A conta Limite de saque com vinculação de pagamento é o principal componente do item “Caixa e Equivalentes de Caixa” e representa 9% do total do Ativo. São os recursos financeiros liberados pelo Tesouro Nacional e disponíveis para pagamento das diversas despesas da unidade.

Conforme demonstrado a seguir, essa conta vem discriminada por fonte de recursos, que por sua vez podem ser ordinários (00) ou vinculados (demais códigos).

Tabela 2 – Limite de saque com vinculação de pagamento

Cod.	Fonte de Recursos	2022	2021	AH	AV
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	30.145.274,27	33.302.385,49	-9%	3%
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	418.688,07	384.055,07	9%	0%
51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	0,00	5.867,22	-100%	0%
53	REC.DEST.AS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE SOCIAL	115.155,69	373.464,09	-69%	0%
56	CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	1.366.618,28	0,00	100%	0%
69	CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	309.437,17	35.845,64	763%	0%
86	REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	0,00	46.072,89	-100%	0%
88	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	196.211,25	0,00	100%	0%
90	RECURSOS DIVERSOS	64.430.892,24	27.306.516,69	136%	6%
<b>TOTAL</b>		<b>96.982.276,97</b>	<b>61.454.207,09</b>	<b>58%</b>	<b>9%</b>

Fonte: SIAFI

### 5) BP – Ativo Imobilizado – Bens Móveis e Imóveis

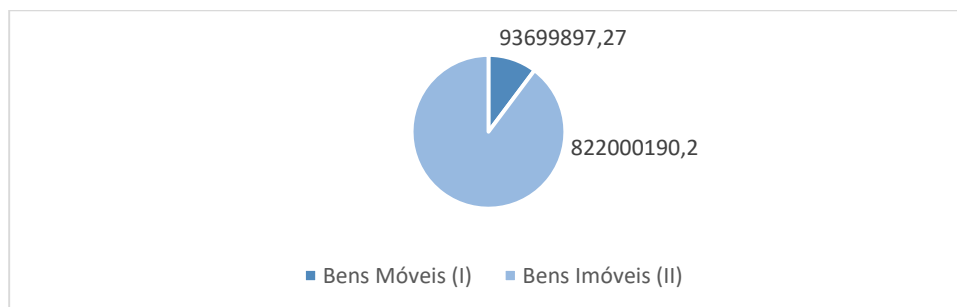
O Ativo Imobilizado representa 89% do Ativo e está segregado em Bens Móveis e Bens Imóveis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 3 – Imobilizado

	2022	2021	AH	AV
<b>Bens Móveis (I)</b>	<b>93.699.897,27</b>	<b>95.018.107,87</b>	<b>-1%</b>	<b>9%</b>
Valor Bruto Contábil	236.377.522,45	222.965.257,29	6%	23%
Depreciação/amortização acumulada	-142.677.625,18	-127.947.149,42	12%	-14%
<b>Bens Imóveis (II)</b>	<b>822.000.190,20</b>	<b>739.311.223,73</b>	<b>11%</b>	<b>80%</b>
Valor Bruto Contábil	822.285.837,37	743.583.187,74	11%	80%
Depreciação/amortização acumulada	-285.647,17	-4.271.964,01	-93%	0%
<b>Total Líquido (I+II)</b>	<b>915.700.087,47</b>	<b>834.329.331,60</b>	<b>10%</b>	<b>89%</b>

Fonte: SIAFI

Figura 1 – Imobilizado



Fonte: SIAFI

Em 31/12/2022, o valor líquido contábil dos **Bens Móveis** da JF - 2ª Região foi de R\$ 93.699.897,27, conforme detalhamento apresentado na tabela abaixo.

Tabela 4 – Bens Móveis

	2022	2021	AH	AV
Equip. Tecnologia da Informação e Comunicação / TIC	157.097.448,68	139.100.657,22	13%	15%
Mobiliário em geral	28.077.022,71	25.208.027,12	11%	3%
Veículos de tração mecânica	15.454.740,08	13.385.277,08	15%	2%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	7.036.276,27	5.408.897,61	30%	1%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	4.356.191,34	3.718.834,31	17%	0%
Aparelhos e utensílios domésticos	4.017.181,18	3.876.708,00	4%	0%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	3.661.505,95	3.374.331,95	9%	0%
Máquinas e equipamentos energéticos	3.260.661,60	3.297.462,63	-1%	0%
Peças não incorporáveis a imóveis	3.260.168,62	3.064.697,54	6%	0%
Estoque interno	2.893.645,48	15.223.818,77	-81%	0%
Máquinas e equipamentos gráficos	1.662.072,93	1.662.072,93	0%	0%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	1.636.681,21	1.631.739,62	0%	0%
Coleções e materiais bibliográficos	1.258.810,79	1.247.082,41	1%	0%
Material de uso duradouro	559.100,46	528.326,76	6%	0%
Equipam/utensílios médicos, odontol., lab. e hosp.	551.284,98	574.007,77	-4%	0%
Máquinas e utensílios de escritório	452.111,10	471.696,80	-4%	0%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	271.608,72	236.008,72	15%	0%
Bens não localizados	245.208,66	343.268,08	-29%	0%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	217.221,37	205.620,14	6%	0%
Aparelhos de medição e orientação	194.475,28	192.431,42	1%	0%
Utensílios em geral	85.750,00	85.750,00	0%	0%
Armamentos	48.680,76	48.680,76	0%	0%
Obras de arte e peças para exposição	35.566,95	35.566,95	0%	0%
Veículos em geral	20.071,50	20.071,50	0%	0%
Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	12.268,07	12.358,67	-1%	0%
Instrumentos musicais e artísticos	10.000,00	10.000,00	0%	0%
Outros bens móveis	1.617,72	1.617,72	0%	0%
Aparelho e equipamento p/esportes e diversões	150,04	150,04	0%	0%
Discotecas e filmotecas		94,77	-100%	0%
<b>Total Bruto</b>	<b>236.377.522,45</b>	<b>222.965.257,29</b>	<b>6%</b>	<b>23%</b>
Depreciação acumulada	-142.677.625,18	-127.947.149,42	12%	-14%
<b>Total Líquido</b>	<b>93.699.897,27</b>	<b>95.018.107,87</b>	<b>-1%</b>	<b>9%</b>

Fonte: SIAFI

O valor líquido contábil dos **Bens Imóveis** da JF - 2ª Região totalizou R\$ 822.000.190,20, em 31/12/2022, com a seguinte composição:

Tabela 5 – Bens Imóveis

	2022	2021	AH	AV
Imóveis de uso especial	782.607.064,11	724.580.752,13	8%	76%
Imóveis em andamento	9.720.090,38	6.655.843,68	46%	1%
Instalações	29.699.704,30	12.087.613,35	146%	3%
Benfeitorias em prop.de terceiros	258.978,58	258.978,58	0%	0%
Total Bruto	822.285.837,37	743.583.187,74	11%	80%
Depreciação/amortização acumulada	-285.647,17	-4.271.964,01	-93%	0%
<b>Total Líquido</b>	<b>822.000.190,20</b>	<b>739.311.223,73</b>	<b>11%</b>	<b>80%</b>

Fonte: SIAFI

Houve significativa redução do item “Depreciação Acumulada de Imóveis”, na ordem de 93%, decorrente do ajuste contábil realizado em junho, após conciliação, realizada pela STN (BGU, 3º trimestre 2022 – página 110), entre o saldo contábil registrado no SIAFI e o saldo da depreciação do SPIUnet. O reconhecimento dessa redução impactou diretamente o patrimônio líquido, por meio de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 4.171.783,16. (vide tabela 22)

Em 2022, foram adquiridos os imóveis da Subseção Judiciária de Barra do Piraí, no valor de R\$ 3.000.000,00 e da Subseção Judiciária de Volta Redonda, no valor de R\$ 3.118.500,00, que ainda não foi registrado no Spiunet, pois foi adquirido em dezembro.

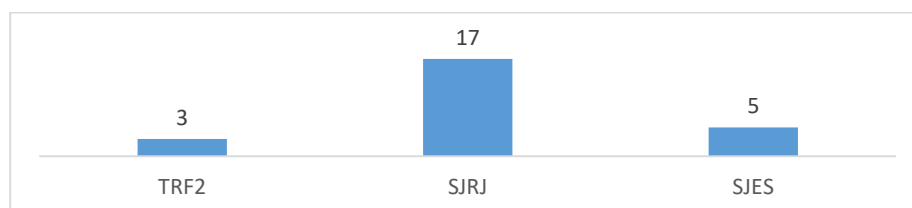
Então a JF - 2ª Região passou a contar com 24 imóveis registrados no SPIUnet e a totalizar 25 **Imóveis de Uso Especial**, conforme demonstrativo seguinte.

Tabela 6 – Bens Imóveis de Uso Especial

Bens Imóveis de Uso Especial	Saldo em 31/12/2021	Atualização no Spiu-net	Aquisição	Saldo em 31/12/2022	Depreciação acumulada
Edifícios (19)	689.595.131,42	49.266.062,54	6.118.500,00	744.979.693,96	-151.610,46
Terrenos/Glebas (4)	6.570.440,31	867.610,87		7.438.051,18	
Armazens/Galpões (2)	28.415.180,40	1.774.138,57		30.189.318,97	-2.011,00
TOTAL (25)	724.580.752,13	51.907.811,98	6.118.500,00	782.607.064,11	-153.621,46

Fonte: SIAFI

Figura 2 – Distribuição do quantitativo de imóveis de uso especial



Fonte: SIAFI



Os **Imóveis em Andamento**, quais sejam as Obras em Andamento e os Estudos e Projetos, possuem a seguinte composição:

Tabela 7 – Imóveis em andamento

Unidade	Obras	Saldo em 31/12/2022
SJES	Reforma das calçadas no entorno da sede da SJES	134.722,19
SJES	Reforma no oitavo andar do edifício sede da SJES	58.960,03
SJRJ	Reforma parcial do anexo I, do 5º, 6º e 7º pavimentos, do Fórum da av. Rio Branco	1.841.692,73
SJRJ	Elaboração de projeto básico e executivo de prevenção e combate de incêndio e pânico, no imóvel da R. Equador	9.092,16
TRF2	Recuperação predial e adequações físicas em 9 andares do prédio do TRF2	7.023.458,84
TRF2	Reforma de banheiros e criação de banheiros para PNE em onze pavimentos do prédio do TRF2	547.833,78
TRF2	Reforma do Plenário do TRF2	104.330,65
<b>Total</b>		<b>9.720.090,38</b>

Fonte: SIAFI

## 6) BP - Ativo Intangível

O ativo intangível é composto em sua quase totalidade de softwares com vida útil definida.

O valor líquido contábil dos **Bens Intangíveis** da JF - 2ª Região totalizou R\$ 4.341.230,39, em 31/12/2022, com a seguinte composição:

Tabela 8 – Bens Intangíveis

	2022	2021	AH	AV
Softwares - vida útil definida	46.268.916,52	43.402.081,65	7%	4%
Softwares - vida útil indefinida	47.431,00	47.431,00	0%	0%
Direitos autorais	7.730,00	7.730,00	0%	0%
<b>Total Bruto</b>	<b>46.324.077,52</b>	<b>43.457.242,65</b>	<b>7%</b>	<b>5%</b>
Depreciação/amortização acumulada	-41.367.773,23	-40.324.545,07	3%	-4%
Redução ao valor recuperável	-615.073,90	-615.073,90	0%	0%
<b>Total Líquido</b>	<b>4.341.230,39</b>	<b>2.517.623,68</b>	<b>72%</b>	<b>0%</b>

Fonte: SIAFI

## 7) BP – Passivo Circulante

Os passivos são classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Além dos itens de Precatórios, que se referem aos RPVs autuados em dezembro, os principais componentes do passivo circulante são “Pessoal a Pagar” e “Depósitos Recebidos por Determinação Judicial”, que representam, respectivamente, 23% e 6% do total do Passivo.

Tabela 9 – Passivo Circulante – Composição

	2022	2021	AH	AV
<b>Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar</b>	<b>359.644.712,99</b>	<b>192.606.117,38</b>	<b>87%</b>	<b>35%</b>
Pessoal a Pagar	235.279.786,38	96.694.869,03	143%	23%
Precatórios de Pessoal e Benefícios Previd.	104.577.026,10	95.800.888,55	9%	10%
Encargos Sociais a Pagar	19.787.900,51	110.359,80	17830%	2%
<b>Fornecedores e Contas a Pagar</b>	<b>1.400.891,88</b>	<b>247.364,79</b>	<b>466%</b>	<b>0%</b>
<b>Demais Obrigações a Curto Prazo</b>	<b>70.686.607,56</b>	<b>39.461.620,69</b>	<b>79%</b>	<b>7%</b>
Valores Restituíveis - Depósitos recebidos por determinação judicial	64.420.788,11	27.302.805,61	136%	6%
Demais Valores Restituíveis	1.204.909,39	306.613,97	293%	0%
Precatórios de Terceiros	5.054.201,20	11.833.240,84	-57%	0%
Outras Obrigações a Curto Prazo	6.708,86	18.960,27	-65%	0%
<b>Total</b>	<b>431.732.212,43</b>	<b>232.315.102,86</b>	<b>86%</b>	<b>42%</b>

Fonte: SIAFI

A rubrica de Pessoal a Pagar representa o valor de salários, benefícios e férias a pagar, sendo esta última o componente mais expressivo, devido à apropriação da despesa de férias por competência.

Os Depósitos recebidos por determinação judicial referem-se a devoluções/cancelamentos de requisitórios (Precatórios e RPVs), determinados pelo juiz. Após identificação, os depósitos referentes ao exercício corrente retornam para o respectivo empenho e os demais são recolhidos ao Tesouro.

Também ingressam nessa conta os depósitos para pagamentos de requisitórios de entidades não integrantes do SIAFI.

## 8) DVP – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado do exercício ou resultado patrimonial provém da confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a unidade e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para a unidade, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

O resultado patrimonial apurado em 31/12/2022 foi superavitário em R\$ 58.882.004,31 e está demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 10 – Resultado Patrimonial

	2022	2021
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>13.258.009.223,36</b>	<b>13.402.048.400,98</b>
Transferências e Delegações Recebidas	13.140.197.387,03	12.963.488.089,51
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	56.646.982,66	94.334.106,47
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	43.471.155,60	322.778.130,82
Taxas	17.158.185,22	20.913.927,32
Outras	535.512,85	534.146,86
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>13.199.127.219,05</b>	<b>13.315.327.090,88</b>
Transferências e Delegações Concedidas	6.637.818.751,76	6.832.522.683,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.429.989.260,72	4.407.118.083,82
Pessoal e Encargos	1.525.652.570,09	1.532.239.669,92
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	412.481.190,80	384.342.812,75
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	190.482.513,46	156.348.959,57
Outras	2.702.932,22	2.754.881,82
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>58.882.004,31</b>	<b>86.721.310,10</b>

Fonte: SIAFI Web

Dentre as VPAs do grupo “Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos”, destacam-se os itens “Reavaliação de Ativos” e “Ganhos com Incorporação de Ativos”, que contemplam principalmente os valores referentes aos bens imóveis (atualização no SPIUnet e aquisição), demonstrados na Tabela 6.

As principais VPDs estão demonstradas nos itens 9 e 10.

As Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas estão demonstradas no item 12.

### 9) DVP - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representam o reflexo no patrimônio das contratações de serviços e de material de consumo e incluem a depreciação/amortização de bens.

Tabela 11 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	2022	2021	AH	AV
Serviços	166.745.538,81	131.845.354,35	26%	283%
Uso de Material de Consumo	4.814.324,65	2.381.862,41	102%	8%
Depreciação, Amortização e Exaustão	18.922.650,00	22.121.742,81	-14%	32%
<b>Total</b>	<b>190.482.513,46</b>	<b>156.348.959,57</b>	<b>22%</b>	<b>323%</b>

Fonte: SIAFI

Seguem discriminadas as VPDs de serviços.

Tabela 12 – Serviços

	Saldo em 31/12/2022
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	65.474.488,23
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	40.438.477,47
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTR.-PJ	18.943.365,47
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS - PF	13.129.260,91
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	12.292.989,89
SERVICOS EDUCACIONAIS E CULTURAIIS - PF	7.513.433,33
SERVICOS COMUNICACAO, GRAFICO E AUDIOVISUAL	3.643.815,39
LOCACOES E ARRENDAMENTOS - PF	2.072.078,49
DIARIAS	1.692.987,50
SERV.TRANSP.,PASSAGEM,LOCOMOCAO E HOSPED.-PJ	1.011.521,07
SEGUROS EM GERAL	262.621,03
SERVICOS ADMINISTRATIVOS - PF	226.785,30
SERVICOS ADMINISTRATIVOS - PJ	16.907,98
SERVICOS DE CONFECÇOES - PF	11.742,40
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	10.980,00
SERV.AGUA ESGOTO,ENER.EL.,GAS E OUTR.-PJ-MUN	3.664,35
SERV. APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL-PJ-EST	420,00
<b>TOTAL</b>	<b>166.745.538,81</b>

Fonte: SIAFI

### 10) DVP – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A tabela seguinte demonstra o item “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, componente das variações patrimoniais diminutivas (VPDs), com impacto no resultado do exercício.

Tabela 13 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	2022	2021	AH	AV
Incorporação de Passivos	4.412.889.966,61	4.397.129.886,28	0%	7494%
Desincorporação de Ativos	17.083.691,70	9.950.030,64	72%	29%
Perdas Involuntárias	15.602,41	2.553,58	511%	0%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	0,00	35.613,32	-100%	0%
<b>Total</b>	<b>4.429.989.260,72</b>	<b>4.407.118.083,82</b>	<b>1%</b>	<b>7524%</b>

Fonte: SIAFI

Na rubrica “Desincorporação de Ativos”, 95% do seu valor provém de movimentações dentro da conta de imóveis e de baixa das contas de Instalações e de Imóveis em andamento pelo término das

respectivas obras, procedimento este que é seguido da atualização dos imóveis no Spiunet, a qual foi demonstrada na Tabela 6.

A “Incorporação de Passivos” decorre da transferência de precatórios e RPVs das unidades devedoras para a Justiça Federal, a quem cabe a realização do pagamento de tais passivos, nos termos das Notas Técnicas SPO/CJF nº 001/2019 e nº 001/2022.

Segue a composição do saldo desta conta.

Tabela 14 - Incorporação de Passivos – Precatórios e RPVs

Unidade Gestora	Saldo em 31/12/2022
SETORIAL ORCAMENTARIA DO FRGPS	2.199.548.829,66
SETORIAL ORCAMENTARIA E FINANCEIRA / ME	1.535.529.198,44
FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	150.011.020,00
FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ	146.083.667,66
INSS/DC SETORIAL ORCAMENTARIA	102.476.986,59
COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS-DOF	84.053.611,17
FUNDACAO OSWALDO CRUZ	31.843.289,79
CNEN-ORCAMENTO E FINANÇAS	31.560.545,05
COLEGIO PEDRO II	28.691.531,65
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	22.369.281,19
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	13.990.082,51
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	8.615.767,25
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	8.365.842,89
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	6.254.137,82
BANCO CENTRAL DO BRASIL	3.866.113,18
CNPQ - ADMINISTRACAO CENTRAL	3.761.999,05
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	3.715.772,44
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	3.372.607,02
INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	3.198.392,72
IBAMA - INST.BRASILEIRO MEIO AMBIENTE/MATRIZ	2.975.107,47
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	2.216.810,14
DEPART.NAC.INFRA ESTRUTURA TRANSPORTES.	2.216.450,66
UNIRIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RJ	2.178.510,50
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.CELSO S.DA FONSECA	2.104.583,12
REITORIA - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ	2.030.800,35
FUNDACAO OSORIO	1.926.292,99
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	1.843.868,38
FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	1.332.680,82
INSTITUTO NAC.DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOG	1.228.784,91
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	967.870,78
DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	761.952,63
SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS - RJ	648.147,11
AG. NAC.DO PETROLEO GAS NAT.E BIOCOM	626.731,58
COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	580.549,79
FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB	569.662,54
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	327.775,72
FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - U.O.	282.156,09
FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	203.896,80
SETORIAL ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - ANM	197.795,09
FUNDACENTRO - FUND.JORGE DUPRAT/CTN/SEDE - SP	152.960,97
INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	112.534,49
COORD. DE PLAN. ORCAMENTO E FIN./COPLAN/JBRJ	95.367,60
<b>TOTAL</b>	<b>4.412.889.966,61</b>

Fonte: SIAFI

**11) BO - Balanço Orçamentário – Resultado Orçamentário**

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Ocorre que o balanço orçamentário da JF 2ª Região apresenta déficit como resultado orçamentário porque a JF não é um agente arrecadador, mas primordialmente um prestador de serviço público, para cuja prestação executa despesas e realiza investimentos.

O ingresso dos recursos necessários à execução das despesas ocorre mediante transferências financeiras da União, conforme demonstrado no balanço financeiro.

O desequilíbrio no saldo da dotação explica-se em parte pelo recebimento de provisões orçamentárias para empenho e pagamento de Precatórios e RPVs, cuja dotação é originalmente consignada no orçamento das entidades devedoras e não na JF2.

Outra parte do desequilíbrio deve-se à estrutura orçamentária adotada na JF. As colunas Dotação Inicial e Dotação Atualizada apresentam apenas a previsão das despesas do TRF2 na lei orçamentária anual (LOA), porém as colunas que refletem a execução da despesa incluem as Seções Judiciárias da 2ª Região, cuja dotação é consignada no orçamento do CJF e, posteriormente, transferida por meio de provisões orçamentárias.

Segue quadro ajustado da execução orçamentária da JF2, considerando todas as provisões recebidas para execução de despesas.

Tabela 15 – Execução Orçamentária da JF- 2ª Região

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	PROVISÕES RECEBIDAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	<b>6.509.483.637,77</b>	<b>6.492.234.063,84</b>	<b>6.331.366.580,20</b>	<b>6.328.969.930,75</b>	<b>17.249.573,93</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.241.148.313,07	3.237.704.846,57	3.177.173.866,25	3.176.983.529,94	3.443.466,50
Outras Despesas Correntes	3.268.335.324,70	3.254.529.217,27	3.154.192.713,95	3.151.986.400,81	13.806.107,43
DESPESAS DE CAPITAL	<b>153.862.230,16</b>	<b>130.458.218,73</b>	<b>117.728.973,36</b>	<b>117.642.259,60</b>	<b>23.404.011,43</b>
Investimentos	60.198.071,00	36.794.059,57	24.124.120,58	24.037.406,82	23.404.011,43
Inversões Financeiras	93.664.159,16	93.664.159,16	93.604.852,78	93.604.852,78	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	<b>6.663.345.867,93</b>	<b>6.622.692.282,57</b>	<b>6.449.095.553,56</b>	<b>6.446.612.190,35</b>	<b>40.653.585,36</b>

Fonte: SIAFI

Nas tabelas seguintes, a execução das despesas está demonstrada por Programa/Ação de Governo e por Natureza da Despesa, nas quais destacam-se as rubricas de “sentenças judiciais”, que identificam os precatórios e RPVs, representando 67% das despesas empenhadas.

Tabela 16 – Programas e Ações de Governo da JF- 2ª Região

PROGRAMA DE GOVERNO	AÇÃO DE GOVERNO	VALOR EMPENHADO 2022	VALOR EMPENHADO 2021
Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1.196.427.520,89	1.180.493.555,93
	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	415.037.569,07	367.024.044,23
	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	244.223.193,90	246.931.618,24
	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL	166.379.120,35	137.341.113,96
	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	62.051.077,33	68.018.817,98
	ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	58.752.512,24	33.018.428,28
	CONSERVACAO E RECUPERACAO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DA UNIAO	14.443.067,75	
	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	4.983.898,50	1.689.416,00
	AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM VOLTA REDONDA	3.118.500,00	
	AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM BARRA DO PIRÁÍ	3.000.000,00	
	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS	516.251,16	562.544,94
	REFORMA DOS ANEXOS I E II DA SECAO JUDICIARIA DO RIO DE JANEIRO		2.726.623,52
	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE E ANEXOS DO TRF DA 2. REGIAO - RJ		16.600.620,84
	REFORMA DO FORUM MARILENA FRANCO NO RIO DE JANEIRO - RJ		5.988.128,00
		2.168.932.711,19	2.060.394.911,92
Cumprimento de Sentenças Judiciais	SENTENCAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATORIOS)	2.726.820.458,82	2.812.589.930,76
	SENTENCAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO DE PEQUENO VALOR	1.698.545.657,17	1.587.374.004,71
	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATORIOS E REQUISICOES DE PEQUENO VALOR - NACIONAL	18.233.279,48	12.133.585,82
	PAGAMENTO DE HONORARIOS PERICIAIS NAS ACOES EM QUE O INSS FIGURE COMO PARTE E QUE SEJAM DE COMPETENCIA DA JUSTICA FEDERAL	10.160.175,91	11.047.003,00
		4.453.759.571,38	4.423.144.524,29
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>6.622.692.282,57</b>	<b>6.483.539.436,21</b>

Fonte: SIAFI

Tabela 17 – Naturezas das Despesas da JF- 2ª Região

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NATUREZA DA DESPESA	VALOR EMPENHADO 2022	VALOR EMPENHADO 2021
<b>DESPESAS CORRENTES</b>			
Pessoal e Encargos Sociais	<b>SENTENCAS JUDICIAIS</b>	1.386.701.141,82	947.343.236,31
	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.126.968.433,91	1.136.562.775,25
	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	305.940.895,89	296.810.983,96
	OBRIGACOES PATRONAIS	242.212.725,77	248.563.270,16
	PENSOES	72.977.908,47	68.822.520,96
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	57.325.062,90	4.506.511,23
	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	26.581.141,42	24.370.055,48
	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	12.958.073,22	9.405.238,86
	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	5.153.264,67	5.092.815,72
	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	886.198,50	165.639,92
Outras Despesas Correntes	<b>SENTENCAS JUDICIAIS</b>	2.951.173.873,98	3.388.463.522,68
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	59.531.671,94	46.020.782,53
	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	58.326.758,30	53.064.378,43
	AUXILIO-ALIMENTACAO	51.566.387,59	51.974.712,22
	INDENIZACOES E RESTITUICOES	32.600.327,67	18.309.448,83
	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	27.012.374,47	18.487.956,34
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	24.297.473,02	18.753.195,23
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	22.582.934,14	18.124.897,62
	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	12.921.200,35	9.301.656,50
	MATERIAL DE CONSUMO	4.813.044,57	2.248.652,60
	AUXILIO-TRANSPORTE	4.263.966,80	862.079,58
	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.695.747,79	2.328.803,40
	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.678.254,54	346.300,46
	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	992.402,19	90.970,81
	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	72.799,92	63.764,80
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Investimentos	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.760.157,40	19.533.450,77
	OBRAS E INSTALACOES	15.354.527,90	26.025.055,47
	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	4.560.167,25	1.299.726,09
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	116.739,52	
	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.467,50	
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.		151.999,69
Inversões Financeiras	<b>SENTENCAS JUDICIAIS</b>	87.545.659,16	66.445.034,31
	AQUISICAO DE IMOVEIS	6.118.500,00	
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>6.622.692.282,57</b>	<b>6.483.539.436,21</b>

Fonte: SIAFI



## 12) BF – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

O valor das transferências financeiras recebidas e concedidas retrata o procedimento adotado na JF em relação aos recursos financeiros, conforme demonstrado na figura 3.

A UG orçamentária do TRF2 centraliza o recebimento das transferências financeiras do CJF (transferências recebidas) e as repassa (transferências concedidas) às demais UGs executoras da 2ª Região, que por sua vez registram novamente como transferências recebidas esses mesmos recursos. Quando as demonstrações de todas as UGs são agrupadas/consolidadas, tais valores são inflados.

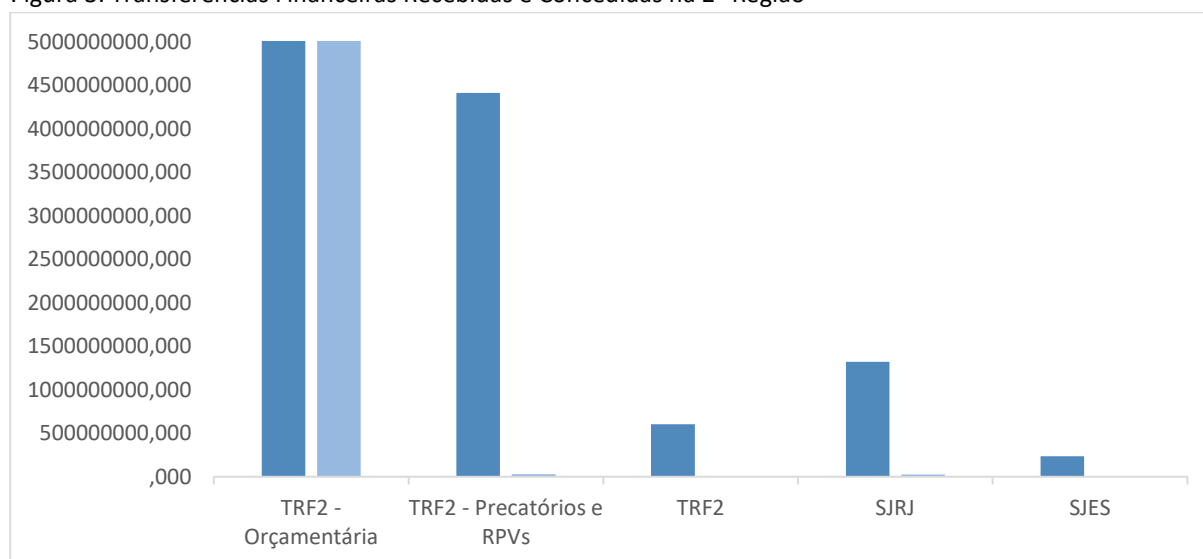
Tabela 18 – Transferências Financeiras

	2022	2021	AH	AV
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>13.140.049.917,35</b>	<b>12.963.291.966,12</b>	<b>1%</b>	<b>97%</b>
Sub-repasse Recebido	12.951.892.681,73	12.716.224.846,92	2%	95%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	184.855.832,02	244.881.359,02	-25%	1%
Demais Transferências Recebidas	1.910.822,20	1.111.831,08	72%	0%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.390.581,40	1.073.929,10	29%	0%
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>6.637.385.950,60</b>	<b>6.832.161.568,87</b>	<b>-3%</b>	<b>49%</b>
Sub-repasse Concedido	6.480.725.690,51	6.363.536.611,56	2%	48%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	92.427.916,01	122.440.679,51	-25%	1%
Demais Transferências Concedidas	955.411,10	555.915,54	72%	0%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	63.276.932,98	345.628.362,26	-82%	0%

Fonte: SIAFI

Verifica-se ainda, na figura 3, que o montante de recursos recebidos para pagamento de precatórios e RPVs (R\$ 4.410.155.051,08) foi maior que os recursos recebidos pela 2ª Região para a realização de seus gastos normais de funcionamento (R\$ 2.158.972.081,60).

Figura 3: Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas na 2ª Região



Fonte: SIAFI Web

**13) BF e DFC – Resultado Financeiro e Geração Líquida de Caixa**

O resultado financeiro de 2022 foi superavitário em R\$ 35.427.932,24, e sua formação é detalhada na tabela a seguir.

Tabela 19 – Resultado Financeiro

	2022	2021	AH
Receita Orçamentária	0,00	0,00	
Despesa Paga	6.622.692.282,57	6.483.539.436,21	2%
<b>Resultado Orçamentário (I)</b>	<b>-6.622.692.282,57</b>	<b>-6.483.539.436,21</b>	<b>2%</b>
Transferências Financeiras Recebidas	13.140.049.917,35	12.963.291.966,12	1%
Transferências Financeiras Concedidas	6.637.385.950,60	6.832.161.568,87	-3%
<b>Transferências Financeiras Líquidas (II)</b>	<b>6.502.663.966,75</b>	<b>6.131.130.397,25</b>	<b>6%</b>
Recebimentos Extraorçamentários	410.940.192,36	622.206.197,12	-34%
Pagamentos Extraorçamentários	255.483.944,30	256.637.606,91	0%
<b>Resultado Extraorçamentário (III)</b>	<b>155.456.248,06</b>	<b>365.568.590,21</b>	<b>-57%</b>
<b>Resultado Financeiro do Exercício (I+II+III)</b>	<b>35.427.932,24</b>	<b>13.159.551,25</b>	<b>169%</b>

Fonte: SIAFI Web

Devido à adoção do Princípio da Unidade de Tesouraria na União, o “Resultado Financeiro” é igual à “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, apurada na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).

Tabela 20 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

	2022	2021	AH
Atividades Operacionais	181.803.114,20	109.136.064,66	67%
Atividades de Investimento	-146.375.181,96	-95.976.513,41	53%
<b>Total</b>	<b>35.427.932,24</b>	<b>13.159.551,25</b>	<b>169%</b>

Fonte: SIAFI Web

As Atividades de Investimento, como a aquisição de bens e realização de obras, apresentam fluxo negativo, pois são financiadas com valores que ingressam no item de Atividades Operacionais.

**Outras informações****Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Recursos**

Estão demonstrados abaixo os passivos reconhecidos, mas não quitados por motivo de insuficiência de recursos orçamentários e financeiros.

Tabela 21 – Passivos por Insuficiência de Recursos

Conta Contábil	Motivo do registro	Saldo em 31/12/2022
Salários, remunerações e benefícios e PSSS	Despesas de Pessoal	76.422.384,71
PSSS-contrib.s/vencimentos e vantagens -intra	Despesas de Pessoal	17.291.034,78
INSS-contrib.s/ serviços de terceiros - intra	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJG	60.700,78
Contas a pagar credores nacionais	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJG	303.503,38
<b>TOTAL</b>		<b>94.077.623,65</b>

Fonte: SIAFI

Dentre as despesas de pessoal (Salários e PSSS), R\$ 93.682.923,29 representam o passivo com Adicional de Tempo de Serviço – Magistrados, concedido nos termos de decisão do Colegiado do CJF, proferida nos autos do Processo 0003402-07.2022.4.90.8000, na sessão virtual de 16 a 18 de novembro de 2022.

**Ajustes de exercícios anteriores**

Os Ajustes de Exercícios Anteriores compõem a linha “Resultados Acumulados” do Balanço Patrimonial, que também é composta pelo “Resultado do Exercício” e pelos “Resultados de Exercícios Anteriores”. Essas contas registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

No quadro a seguir apresenta-se a variação do saldo entre o início e o final do período.

Tabela 22 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Ajustes de Exercícios Anteriores	Registros
Saldo em 31/12/2021	-28.125.551,53
Reclassificação do saldo existente em 31/12/2020 para Superávit ou Déficit acumulados de exercícios anteriores	28.125.551,53
Varição Patrimonial Aumentativa realizada pela SPU na conta de Depreciação - Imóveis	4.171.783,16
Depreciação e Amortização Acumulada - variações aumentativas e diminutivas	882.682,62
Varição Patrimonial Aumentativa - Imobilizado	15.374,66
Varição Patrimonial Diminutiva - Créditos a Receber	-2.548,50
Apropriação de Despesas referentes aos Passivos de Despesas Diversas - Diárias	-34.231,62
Varição Patrimonial Diminutiva - Férias Antecipadas	-512.902,37
Apropriação de Despesas referentes aos Passivos de Despesas Diversas - Fornecedores	-1.048.615,14
Apropriação de Despesas referente aos Passivos de Encargos Sociais, Contribuições Sociais e Benefícios previdenciários.	-19.712.481,98
Apropriação de Despesas referentes aos Passivos de Pessoal	-124.632.748,98
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>-140.873.688,15</b>

Fonte: SIAFI

### Passivos Contingentes / Provisões – decisões judiciais

O Passivo contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade. O seu reconhecimento se dá em contas de controle.

Os passivos contingentes, de Precatórios e RPs cancelados – Lei 13.463/2017 vinham sendo registrados na UG 170013 - SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / ME, órgão 25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme previsto na macrofunção 02.03.36 e, ao final de 2021, totalizavam 2.287.559.929,53. Após o advento da ADIN nº 5755 não foram realizados novos registros.

A Provisão é um passivo de prazo ou valor incerto. Deve ser reconhecida quando estiverem presentes os seguintes requisitos: exista uma obrigação presente (formalizada ou não) resultante de eventos passados; seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação; e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

O reconhecimento dos passivos de Precatórios cancelados e reincluídos (longo prazo) foi realizado diretamente em cada Unidade executada, conforme tabela seguinte.

Tabela 24 - Passivo de Precatórios cancelados e reincluídos

Unidade Executada	Saldo em 31/12/2022
SETORIAL ORCAMENTARIA E FINANCEIRA / ME	115.065.790,19
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - DF	93.155,90
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244.533,38
SETORIAL ORCAMENTARIA DO FRGPS	5.343.856,58
<b>TOTAL</b>	<b>120.747.336,05</b>

Fonte: SIAFI

<b>Local</b>	Rio de Janeiro	<b>Data</b>	26/01/2023
<b>Contadora Responsável UGs 090028/ 090034 / 090048 / 090054</b>	Claudia Cristina de Souza Marques	<b>CRC nº</b>	071150-O-RJ
<b>Contador Responsável UG 090016</b>	Marcelo Corrêa da Silva	<b>CRC nº</b>	084027/O-3-RJ
<b>Contador Responsável UG 090014</b>	Márcio Jerry Marchesi Reis	<b>CRC nº</b>	014586/O-ES